

A Pedagogia dos multiletramentos 25 anos depois: algumas (re)considerações

A Pedagogy of Multiliteracies 25 years later: some (re)considerations

Petrilson Pinheiro  

petrilson@iel.unicamp.br

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

Resumo

O objetivo deste breve ensaio é fazer uma releitura de uma resenha crítica que escrevi sobre o manifesto “A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures”, de autoria de um grupo de pesquisadores provenientes da Austrália, da Inglaterra e dos Estados Unidos conhecido como The New London Group, que completa 25 anos em 2021. Ao realizar uma leitura mais atualizada, procuro discutir, em particular, a ideia de designs contingenciais, termo que cunhei em 2016 com base no manifesto, com o fito de situá-lo à luz de dois eventos de letramentos interligados que foram bastante marcantes no cenário político brasileiro em 2018, amplamente divulgados por redes sociais: a greve dos caminhoneiros e as eleições presidenciais.

Palavras-chave

Pedagogia dos multiletramentos. Designs contingenciais. Redes sociais.

Abstract

The purpose of this brief essay is re-read a critical review I wrote about the manifesto “A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures”, authored by a group of researchers from Australia, England and the United States known as The New London Group, which completes 25 years in 2021. By carrying out a more up-to-date reading, I try to discuss, in particular, the idea of contingent designs, term that I coined in 2016 based on the manifesto, in order to situate it in light of two interconnected literacies events that were quite outstanding in the Brazilian political scenario in 2018, widely publicized by social networks: the truck drivers’ strike and the presidential elections.

Keywords

Pedagogy of Multiliteracies. Contingent designs. Social networks.


Em 2016, foi publicada na Revista Trabalhos de Linguística Aplicada uma resenha crítica que escrevi sobre o manifesto “A Pedagogy of Multiliteracies: Designing Social Futures”, de autoria de um

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 20/05/2021

Aprovação do trabalho: 14/06/2021

Publicação do trabalho: 28/06/2021

 10.46230/2674-8266-13-5555

COMO CITAR

PINHEIRO, Petrilson. A Pedagogia dos multiletramentos 25 anos depois: algumas (re)considerações. **Revista Linguagem em Foco**, v.13, n.2, 2021. p. 11-19. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5555>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

grupo de pesquisadores provenientes da Austrália, Inglaterra e Estados Unidos, conhecidos como The New London Group¹ (NLG), cuja publicação completava então vinte anos. De lá para cá, o número de publicações, no mundo inteiro e, em particular no Brasil, sobre a relação entre (multi)letramentos e o uso de novas tecnologias, influenciadas direta ou indiretamente pela “pedagogia dos multiletramentos”, só vem aumentando, com destaque especial para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dos ensinos fundamental e médio, publicadas em 2017 e 2018, respectivamente, cuja influência do manifesto no seu componente Língua Portuguesa é bastante notória, conforme apontam Hissa e Sousa (2020).

Na resenha, procurei também destacar que, ainda lá em 1996, o NLG já chamava a atenção para o impacto crescente das tecnologias da informação e da comunicação na vida social e cultural dos países desenvolvidos, possibilitando transformações nas práticas de letramentos grafocêntricas e, com isso, colocando em xeque o papel preponderante que a escrita exerce em certas instâncias da vida social e, particularmente, na educação. Isso já vinha acontecendo em virtude não apenas da complexidade multimodal cada vez maior, mas também da possibilidade de dar mais visibilidade à diversidade linguística, cultural e social, o que, por sua vez, já permitia questionar e rever conceitos relacionados a identidades, valores, crenças e atitudes.

Hoje, apenas cinco anos depois, percebo que as tecnologias digitais da informação e da comunicação (TDICs), que já vinham tendo um impacto crescente na educação, alcançaram, em nível mundial, proporções inimagináveis desde o início da pandemia de COVID-19. Isso porque, devido ao distanciamento social e ao confinamento das pessoas em suas próprias casas, escolas e universidades, para evitar “aglomerações”, foram os primeiros estabelecimentos a serem fechados, paralisando, com isso, suas atividades presenciais de ensino logo no início da pandemia.

Dados da Unesco já apontavam que, desde o final de março de 2020, quase 1,4 bilhões de alunos (cerca de 80% de todos os alunos do planeta) estavam sem aulas presenciais², o que é indubitavelmente desastroso para a formação cognitiva, intelectual, afetiva e social de nossas crianças e jovens. Toda essa situação extraordinariamente adversa causada pela pandemia levou milhões de

1 O grupo se reuniu, pela primeira vez, em 1994, na cidade de New Londow, Connecticut (EUA), daí terem escolhido a autodenominação “The New London Group”. O manifesto só foi publicado em 1996, depois de uma série de discussões realizadas pelo grupo.

2 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2020/03/24/unesco-diz-que-80-dos-estudantes-do-mundo-estao-sem-aula-devido-a-covid-19.htm>. Acesso em: 10 jun. 2021.

professores e alunos no Brasil a migrarem em massa para o ensino remoto, o que criou e ainda vem criando, é claro, uma forte tensão entre diferentes setores da sociedade (alunos e suas famílias, professores, gestores, intelectuais, políticos, a mídia etc.). Isso fez reacender, de forma bastante intensa, (velhas) crenças e valores (e, não raro, preconceitos) relativos ao uso de novas tecnologias na educação: por um lado, há os defensores veementes da incorporação dessas tecnologias pela escola; por outro lado, aqueles que as rejeitam, pois consideram que questões de ordem social, histórica, cultural e econômica se tornam óbices para pensar qualquer tipo de transformação proveniente ou resultante do uso de novas tecnologias.

Diante do cenário complexo atual, penso que, para além dessas posições antitéticas, que ora endeusam ou demonizam as tecnologias, é preciso tentar “ler” o manifesto do NLG de uma forma que possa contribuir para uma compreensão mais ampla em relação ao embate entre a defesa e a resistência a novas tecnologias na escola, que se tornou ainda mais marcante no contexto atual de pandemia, em que o ensino tem se dado de forma remota. Ora, as discussões que o NLG propunha tanto em relação à multiplicidade cultural e linguística quanto em relação à multimodalidade são ainda bastante atuais, embora precisem ser ressignificadas em função das novas tecnologias da informação e da comunicação, que trouxeram novas e cada vez mais complexas formas de produzir, veicular e consumir textos (entendendo aqui “textos” em uma concepção mais ampla, envolvendo outros modos de construir sentidos para além da escrita).

A ressignificação das nossas práticas de letramentos relacionadas às dimensões profissional, pessoal e de participação cívica em função de novas tecnologias tem uma relação intrínseca com um conceito-chave da pedagogia dos multiletramentos: o *design*. Ao se reapropriar do termo *design* do mundo do trabalho (dimensão profissional) para as dimensões pessoal e de participação cívica, o NLG já destacava que o termo não deve ser visto como algo fixo, mas como elementos que estão sempre em processo de construção de sentidos, cuja constituição se dá pela inter-relação de três componentes básicos: *available designs* (*designs* disponíveis), *designing* e *redesigned*³. Os *designs* disponíveis são aquilo

3 Como já aponte na resenha de 2016, o termo *design* (em inglês), na concepção com a qual estamos lidando nesta introdução, engloba tanto um sentido mais restrito, isto é, uma instanciação de convenções e recursos construídos e reificados socioculturalmente, como também apresenta um sentido mais amplo, que se constitui por meio de um processo de retrabalho, que leva à sua própria ressignificação/transformação. Dada a ambivalência do termo, decidimos, portanto, não traduzi-lo (incluindo seus componentes básicos) para o português, visto que a tradução poderia não contemplar ou ainda distorcer, de alguma forma, a própria ambivalência que se pretende justamente salientar (PINHEIRO, 2016).

que é disponibilizado pelas formas de representação, os recursos do contexto, da cultura e das convenções de diferentes ordens do discurso; o *designing*, por sua vez, se caracteriza pela capacidade de uso de um conteúdo conhecido para desenvolver, transformar e apropriar-se dele convenientemente; já o *redesigned* se realiza por meio do que pode ser reorganizado pelo sujeito e reconfigurado para o seu mundo, abarcando, por assim dizer, a própria ação durante o processo de construção de significados (COPE; KALANTZIS, 2000; 2009).

Contudo, noto que o que noção de *design* é a que mais está sujeita a mudanças no contexto atual das mídias sociais da internet, fortemente marcado pela efemeridade, volatilidade e multiplicidade das informações, tornando, por conseguinte, muitas práticas de letramentos nesses ambientes cada vez mais contingenciais. Foi o que, no texto de 2016, me fez cunhar o termo *designs contingenciais*, entendendo-os como *designs* que se formam não a partir dos textos, mas das práticas sociais, nos quais, portanto, operam movimentos, indeterminações e dissonâncias, cujos resultados são, assim, imprevisíveis. Para entender melhor como os *designs contingenciais* se constituem em contextos de redes sociais, trago aqui dois exemplos interligados de eventos de letramentos que foram bastante marcantes no cenário político nacional recente.

O primeiro exemplo foi o da gigantesca mobilização de alcance nacional, ocorrida no Brasil em 2018, cuja principal rede social utilizada foi o WhatsApp: a greve dos caminhoneiros. Por ter parado praticamente todos os caminhoneiros do Brasil e ter interditado milhares de trechos de rodovias em todo o país em apenas poucos dias, pode-se dizer que a greve dos caminhoneiros foi, sem dúvida, a maior mobilização já feita até então pelo WhatsApp em todo o mundo. A esse respeito, vale trazer aqui três comentários⁴ de caminhoneiros que participaram ativamente da mobilização:

“Na quarta-feira antes da greve, o (preço do) diesel aumentou. Desci para Santos para levar carga. Quando voltei, o diesel já tinha aumentado. Na sexta, aumentou de novo. A galera se comunicou no WhatsApp e falou: não está dando mais”, lembra o caminhoneiro Moisés de Oliveira, que ficou parado na Rodovia Régis Bittencourt, em São Paulo, onde ajudou a organizar um grupo de grevistas, sempre com o celular à mão”.

“A gente viaja o Brasil inteiro e vai conhecendo outros caminhoneiros. Quando chega no posto para dormir, a gente conversa, troca o (número de) WhatsApp. Aí, quando chegou a greve, já havia vários grupos montados e a gente distribuiu a informação”, diz Oliveira, de 40 anos, 22 anos deles passados atrás do volante

4 Todos os comentários foram retirados do site do Sindicato da Indústria de Especialidades Têxteis do Estado de São Paulo (Sitet). Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/sietex/noticias/como-o-whatsapp-mobilizou-caminhoneiros-driblou-governo-e-pode-impactar-eleicoes/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

do caminhão”.

“O Whatsapp facilitou demais a nossa comunicação. Antes, a gente era desconhecido (um do outro). Agora, o pessoal faz um vídeo e, em dois minutos, já espalhou pelo Brasil”, completa. “A gente não é envolvido com partido político nenhum. Mas a gente tem a nossa logística”.

Algo particularmente interessante que essas mensagens de caminhoneiros revelam em relação a essa greve é que a mobilização que a gerou não partiu de nenhum movimento sindical, que historicamente sempre fora o principal meio de mobilização de greves de trabalhadores até o século XX, mas sim de mensagens de grupos fechados (não públicos) de WhatsApp, que foram espalhadas por cada um de seus membros, criando redes cada vez mais extensas que, em apenas poucas horas, construíram um movimento de greve sem precedentes históricos.

Entre as várias *fake news* que circularam apenas durante os dias de greve dos caminhoneiros, destaco duas: uma, que circulou por meio de vídeos no WhatsApp, dizendo que vários manifestantes teriam ocupado o Palácio do Planalto; a outra, já fortemente impulsionada por manifestações em redes sociais a favor de intervenção militar no Brasil, mostrava – por meio de imagens, inclusive – que militares estariam prestes a tomar o poder.

O segundo evento fundante ao qual me referi anteriormente foi o uso de *fake news* na eleição presidencial, ocorrida nos meses de outubro e novembro de 2018, cujos efeitos foram intensos e nefastos para o todo o processo eleitoral. Ainda em outubro daquele ano, a Folha de São Paulo publicou uma reportagem em que empresários teriam bancado uma “campanha contra o PT pelo WhatsApp por meio de contratos que teriam chegado a R\$ 12 milhões, uma prática que “seria ilegal pois se trata de doação de campanha por empresas, o que é vedado pela legislação eleitoral, além de não declarada”⁵. Segundo a reportagem, empresas teriam comprado “pacotes de disparos em massa” de mensagens contra o PT e de apoio ao candidato Jair Bolsonaro no WhatsApp, por meio do uso de bancos de dados de usuários do próprio candidato ou de bases vendidas por agências digitais.

Foi, de fato, impressionante a quantidade de *fake news* que circulou nas redes sociais, particularmente no WhatsApp, durante o período da campanha presidencial. Essas *fake news* iam desde montagens de imagens com persona-

5 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2021

lidades políticas – como a foto que mostrava a suposta participação de Adélio Bispo de Oliveira, o homem que esfaqueou Bolsonaro, em um ato público com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com outros integrantes do PT – à divulgação de informações falsas sobre fatos relacionados aos presidentiáveis – como a entrevista do então candidato Jair Bolsonaro ao Jornal Nacional, em que exibiu um exemplar do livro “Aparelho Sexual e Cia”, alegando que o material (que ficou popularmente conhecido como “Kit Gay”) teria feito parte do programa “Escola Sem Homofobia”, desenvolvido pelo MEC no período em que Fernando Haddad, adversário de Bolsonaro, tinha sido ministro da Educação (o livro, todavia, nunca foi distribuído nas escolas públicas brasileiras).

Em outubro de 2019, portanto um ano depois do primeiro turno das eleições, durante um evento jornalístico na Colômbia, representantes do WhatsApp, então, confirmaram, segundo reportagem da Folha de São Paulo, que

terceiros utilizaram o aplicativo para disparar mensagens falsas ou verdadeiras relacionadas com as eleições presidenciais de 2018 no Brasil. Para o jornal Folha de S. Paulo, representantes do aplicativo de mensagens instantâneas disseram que os grupos responsáveis pelos envios ilegais das mensagens são sensacionalistas e têm a intenção de manipular uma audiência específica. Cada mensagem individual custava entre 0,08 e 0,40 centavos, e as mensagens eram destinadas para grupos políticos, nos quais participam centenas de pessoas, e para indivíduos que são considerados alvos fáceis para o envio de desinformação”⁶.

Além da rápida criação de redes de usuários cada vez maiores, outro ponto que facilitou muito a circulação de mensagens e notícias sobre esses dois eventos pelo WhatsApp é que, diferentemente do Facebook e o Twitter, por exemplo, cujas mensagens circulam publicamente, no WhatsApp as mensagens são criptografadas de ponta a ponta, o que restringe seu acesso somente àqueles diretamente envolvidos: remetente e destinatário(s) das mensagens. Soma-se a isso o fato de que as mensagens têm sempre um remetente, mas este não necessariamente é (e quase sempre não é) o autor das mensagens (a fonte original), mas apenas alguém que as está repassando para o(s) outro(s) (sendo, de fato, um “mensageiro”), o que não raro torna a comunicação no WhatsApp não apenas muito mais difícil de ser rastreada, mas também difusa, características ideais para a circulação de *fake news*.

Pode-se, assim, perceber que essas características sociotécnicas do WhatsApp, que contribuíram para que esses eventos de letramentos políticos se

6 Disponível em: <https://exame.abril.com.br/tecnologia/whatsapp-confirma-envio-ilegal-de-fake-news-por-grupos-politicos-em-2018/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

tornassem nacionalmente marcantes são, pois, bastante significativos para entender a noção de *designs contingenciais*. Isso porque, muito embora venham de *designs* disponíveis provenientes de ordens do discurso específicas, que se constituem em um conjunto de convenções associado a atividades semióticas em um determinado espaço social, no caso, o das redes sociais, que, entre outras coisas, delimitam e controlam o que é compartilhado pelos usuários, os *designs contingenciais* mostram como as práticas de letramentos se tornaram ainda mais complexas e imprevisíveis, cujos resultados efêmeros e multidirecionais são cada vez mais difíceis de serem previstos *a priori*. De fato, a imprevisibilidade em relação às mensagens nas redes sociais da internet é sua marca maior, em função, sobretudo, da facilidade e do grande número de participação multidirecional dos usuários e dos algoritmos controlados por inteligência artificial, que monitoram incessantemente e de forma cada vez mais invasiva nossas próprias vidas.

Com efeito, a imprevisibilidade foi tamanha que não era sequer possível, por exemplo, prever que as milhões de mensagens compartilhadas pelo WhatsApp durante apenas poucos dias em maio de 2018 levariam à maior greve dos caminhoneiros da história, que teve, inclusive, uma influência considerável no resultado das eleições presidenciais de 2018, por meio da disseminação de *fake news*. Nesse sentido, já chamava a atenção, ainda em um texto meu anterior, para o fato de que, se estamos lidando com informações/conteúdos contingenciais, típicos de um “saber-fluxo”, não basta “reconhecer e consumir conteúdos que circulam na internet, mas buscar compreender e avaliar os diferentes mecanismos que regem a produção, reprodução e difusão desses conteúdos” (PINHEIRO, 2010, p. 211).

Penso, assim, que trabalhar com esses mecanismos, que estão na base da formação do que, no mesmo texto, chamei de “letrado crítico”, possibilita também valorizar o papel da agência na construção de significado, conforme destacam Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p. 177):

As implicações pedagógicas dessa mudança na concepção que subjaz o significado são enormes, pois uma pedagogia dos multiletramentos requer que reconheçamos o papel central da agência no processo de construção de significado. Por meio desse reconhecimento, busca-se, assim, criar uma pedagogia mais produtiva, relevante, inovadora, criativa e até emancipadora. Nesse sentido, o trabalho com letramentos na escola não se reduz a habilidades e competências, mas visa contribuir para formar alunos que sejam *designers* ativos de significado, com sensibilidade aberta às diferenças, à solução de problemas, à mudança e à inovação. A lógica da pedagogia dos multiletramentos reconhece, portanto, que a construção

de significado é um processo ativo e transformador, o que parece ser mais apropriado para o mundo atual de mudanças e diversidades.

Essa concepção crítica e ativa, de caráter transformador, do estudante como *designer* ativo de significado, a meu ver, busca, entre outras coisas, reconhecer a multiplicidade de práticas de letramentos, tanto aquelas valorizadas na escola, típicas de práticas de letramentos grafocêntricas; passando por aquelas não valorizadas no contexto escolar, que envolvem diferentes práticas e culturas não hegemônicas; àquelas mediadas por tecnologias digitais de comunicação e informação, que envolvem atores humanos e não humanos nas redes sociais, por exemplo.

Revisitando, portanto, o manifesto 25 anos depois de sua publicação, posso dizer que este precisa ser constantemente (re)examinado criticamente (na resenha publicada em 2016, fui um dos que fizeram tal exame crítico), mormente quando sua leitura é feita à luz de diferentes realidades socioeconômicas e culturais. Com efeito, tal escrutínio mostra que o manifesto foi, e continua sendo, um trabalho seminal para pensarmos muitas questões prementes atuais. Nesse sentido, o impacto desse texto foi, e tem sido, fundante, não apenas para pensarmos a reformulação de documentos oficiais e currículos escolares no contexto educacional brasileiro, mas também, e sobretudo, para vislumbrarmos possíveis caminhos que nos levem a horizontes para além de posições antitéticas que ora endeusam ou demonizam as tecnologias, contribuindo, assim, para uma visão e atuação crítica e transformadora em práticas de letramentos no contexto escolar.

Referências

COPE, B.; KALANTZIS, M. Designs for social futures. In B. COPE, B.; KALANTZIS, M. (Eds.). **Multiliteracies: Literacy learning and the design of social futures**. London: Routledge, p. 203-234, 2000.

COPE, B.; KALANTZIS, M. "Multiliteracies": New Literacies, New Learning, Pedagogies: **An International Journal**, v. 4, n. 3, p. 164-195, 2009.

HISSA, D. L. A.; SOUSA, N. O. A Pedagogia dos Multiletramentos e a BNCC de Língua Portuguesa: diálogos entre textos. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 14, n. 29, p. 565-583, 2020.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. **Letramentos**. 1ª ed., Campinas, Editora Unicamp, 2020. 406 p.

PINHEIRO, P. A. Sobre o Manifesto "a Pedagogy of multiliteracies: designing social futures" – 20 anos depois. **Trabalhos de Linguística Aplicada**, Campinas, n 55, v. 2: 525-530, mai./ago. 2016.

PINHEIRO, P. A. Web 2.0 e saber-fluxo: novas questões de letramento digital. **Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, n. 37-38, p. 193-214, 2010.

THE NEW LONDON GROUP. **Multiliteracies**: Literacy learning and the design of social futures. London: Routledge, 2000.

Sobre o autor

Petrisson Pinheiro - Professor Doutor do Departamento de Linguística Aplicada da Unicamp. E-mail: petrisson@iel.unicamp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8563259231990523>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-4066-9636>.